

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

31/12/2017		31/12/2016	
Cotações Publicadas Preço em Mercado	Técnicas de Valorização Dado Observáveis (Nível 2)	Cotações Publicadas Preço em Mercado	Técnicas de Valorização Dado Observáveis (Nível 2)
Ativos (Nível 1)	Observáveis (Nível 2)	Ativos (Nível 1)	Observáveis (Nível 2)
Títulos para Negociação	856.213	856.213	740.157
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	856.213	856.213	740.157
Títulos Disponíveis para Venda	1.045.392	86.960	1.132.352
Letras Financeiras - LF	-	86.960	86.960
Letras do Tesouro Nacional - LTN	718.330	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	327.062	-	-
Total	1.901.605	86.960	1.322.565

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

O Nível 3 registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Santander Capitalização não possui instrumentos financeiros classificados como Nível 3.

Os ativos financeiros não recuperáveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Ativos Financeiros não Recuperáveis

Um ativo financeiro é considerado não recuperável quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- Ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação, no caso de instrumentos de dívida.
- Signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado, no caso de instrumentos de patrimônio.

Como regra geral, sempre que os eventos acima forem observados, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado através do registro de uma perda do valor recuperável. A reversão de perdas previamente registradas é reconhecida na demonstração do resultado no período em que a reversão ocorrer, após a classificação entre níveis ser relacionada objetivamente a um evento de recuperação.

f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de contas a receber, conforme definido na Circular SUSEP 517/2015 e alterações posteriores. As respectivas despesas das reduções ao valor recuperável de ativos são reconhecidas na rubrica "outras receitas (despesas) operacionais".

g) Receitas com Títulos de Capitalização

As receitas com títulos de capitalização são reconhecidas no resultado a partir da data de emissão quando se trata de produtos de pagamento único (PU) ou da 1ª parcela de produto de pagamento mensal (PM) e recebimento dos títulos de capitalização nas demais parcelas de produtos PM ou de pagamentos periódicos (PP). O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanham a forma de contabilização da receita. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas monetárias ou cambiais, calculadas a índices ou taxas oficiais "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

h) Investimentos

Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado e Imóveis Destinados a Renda

O imobilizado e os imóveis destinados a renda estão sendo apresentado pelo custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação acumuladas.

A depreciação do imobilizado e dos imóveis destinados a renda é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, móveis, máquinas, equipamentos de uso e sistemas de informática - 10% e sistemas de processamento de dados - 20%.

A Santander Capitalização avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização, seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas independentes.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo imobilizado, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução no seu valor recuperável. Adicionalmente o valor de depreciação do referido ativo é recalculado de forma a adequar o valor da vida útil do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a Santander Capitalização reconhece a reversão da perda por não-recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação de acordo com o valor da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

j) Intangível

1) Ágio

Na aquisição de investimento em controlada, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da investida é contabilizada de acordo com CPC 15, "Combinação de Negócios".

O ágio é reconhecido somente quando o montante da contra-contratação adquirida da investida exceder o valor justo na data da aquisição, e portanto, representa um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A amortização desse ágio não é permitida, sendo testado para fins de "impairment" (teste de recuperabilidade). O teste de recuperabilidade do ágio é realizado no final de cada exercício apresentado, ou em menor período no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável, e o valor considerado como não recuperável é baixado e debitado à rubrica "perdas com outros ativos (líquidos) - outros ativos intangíveis" na demonstração do resultado. Uma perda do valor recuperável do ágio não é revertida em exercícios subsequentes.

k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

A Santander Capitalização possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 10.g) e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Capitalização, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação aplicável. As ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais, e acredita que, de forma agregada, não terão impactos significativos no resultado, fluxo de caixa ou condição financeira da Santander Capitalização.

l) Provisões Técnicas

Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR).

Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título.

Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos.

Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

Procedimento de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras, e as empresas de capitalização podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas com tributos.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as empresas de capitalização, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustas ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 20.b, está baseada em resultados de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes às disponibilidades.

5. Aplicações

a) Composição por Classificação

31/12/2017		31/12/2016	
Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação	856.213	856.213	43,1%
Títulos Privados	856.213	856.213	43,1%
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo (a)	-	856.213	43,1%
Títulos Disponíveis para Venda	1.102.971	29.381	56,9%
Títulos Privados	86.929	31	4,4%
Letras Financeiras - LF	105,50% CDI	31	4,4%
Títulos Públicos	1.016.042	29.350	52,5%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8,35% a 12,56% a.a. PRE	695.414	36,1%
Notas do Tesouro Nacional	9,00% a 11,84% a.a. PRE	320.628	16,4%
Letras do Tesouro Nacional - NTN-F	-	6.434	0,3%
Total	1.959.184	29.381	100,0%
Circulante	1.229.145	1.229.145	62,3%
Não Circulante	729.420	729.420	37,7%

31/12/2017		31/12/2016	
Taxa de Juros Contratada - %	Custo Amortizado	Valor Contábil	% do Total
Títulos para Negociação	740.157	740.157	37,7%
Títulos Privados	740.157	740.157	37,7%
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo (a)	-	740.157	37,7%
Títulos Disponíveis para Venda	1.214.946	9.838	62,3%
Títulos Privados	228.644	330	11,6%
Letras Financeiras - LF	106,00% CDI	9.508	50,7%
Títulos Públicos	986.302	9.508	50,7%
Letras do Tesouro Nacional - LTN	11,50% a 12,79% a.a. PRE	11.370	41,6%
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	9,01% a 11,85% a.a. PRE	180.457	9,1%
Total	1.955.103	9.838	100,0%
Circulante	1.964.941	898.698	45,7%
Não Circulante	1.066.243	1.066.243	54,3%

b) Composição por Prazo de Vencimento

31/12/2017		31/12/2016	
Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos
Títulos para Negociação	856.213	-	-
Títulos Privados	856.213	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo (a)	856.213	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	1.132.352	101.751	271.181
Títulos Privados	86.960	101.751	271.181
Letras Financeiras - LF	-	-	-
Títulos Públicos	1.045.392	1.045.392	1.045.392
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-
Total	856.213	101.751	271.181

Os títulos públicos de renda fixa foram avaliados a mercado com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na contação divulgada pelos Administradores dos fundos diariamente e os títulos privados representado por Letras Financeiras-LF foram baseados em modelos que utilizam parâmetros de mercado observáveis.

c) Movimentação das Aplicações

31/12/2017		31/12/2016	
Saldos em 31/12/2016	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro
Títulos para Negociação	740.157	1.080.054	(1.033.047)
Títulos Privados	740.157	1.080.054	(1.033.047)
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	740.157	1.080.054	(1.033.047)
Títulos Disponíveis para Venda	1.224.784	431.168	(681.769)
Títulos Privados	228.974	-	(155.819)
Letras Financeiras - LF	228.974	-	(155.819)
Títulos Públicos	995.810	431.168	(525.950)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	817.215	176.108	(385.910)
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	178.595	255.060	(140.040)
Total	1.964.941	1.511.222	(1.714.816)

31/12/2017		31/12/2016	
Saldos em 31/12/2015	Aplicações	Resgates	Resultado Financeiro
Títulos para Negociação	456.176	846.600	(648.136)
Títulos Privados	456.176	846.600	(648.136)
Letras Financeiras - LF	72.289	-	(77.346)
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	383.887	846.600	(570.790)
Títulos Disponíveis para Venda	1.308.869	662.759	(978.086)
Títulos Privados	225.644	-	(29.010)
Letras Financeiras - LF	225.644	-	(29.010)
Títulos Públicos	1.083.225	662.759	(949.076)
Letras do Tesouro Nacional - LTN	800.101	612.759	(745.493)
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	283.124	50.000	(203.583)
Total	1.765.045	1.509.359	(1.626.222)

d) Outras Aplicações

As outras aplicações registradas no realizável a longo prazo, referem-se a aplicações em incentivos fiscais. O valor em 31 de dezembro de 2017 é de R\$8.326 (31/12/2016 - R\$8.002), para as quais foram constituídas perdas ao valor recuperável no valor de R\$8.002 (31/12/2016 - R\$8.002).

e) Garantia das Provisões Técnicas

As seguintes parcelas de ativos estão retidas e/ou vinculadas em garantia às provisões técnicas:

31/12/2017	31/12/2016
Títulos de Renda Fixa Públicos	1.045.392
Títulos de Renda Fixa Privados	69.568
Cotas de Fundos de Investimentos Exclusivo	856.213
Total de Cobertura	1.971.173
Provisões Técnicas (Nota 13)	(1.865.828)
Depósitos de Terceiros (Nota 12)	(731)
Total de Excedente	104.880

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Santander Capitalização não possui saldo com instrumentos financeiros derivativos.

6. Créditos Tributários e Previdenciários

31/12/2017	31/12/2016
Créditos Tributários (Nota 20.a)	21.343
Total - Ativo não Circulante	21.343

7. Depósitos Judiciais

31/12/2017	31/12/2016
Fiscais	151.385
Trabalhistas	35
Total - Ativo não Circulante	151.420

8. Intangível

Composto pelo ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. no valor líquido de R\$133.121 (31/12/2016 - R\$133.121), com vida útil - indefinida.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição da Real Capitalização S.A. é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada através da produção de laudo interno, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação.

31/12/2017	31/12/2016
Base para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa (1)	5 Anos
Taxa de Crescimento	4,0%
Taxa de Desconto (2)	15,4%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

9. Impostos e Contribuições

31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	26.185
Contribuição Social	25.368
PIS e COFINS	1.393
Total - Passivo Circulante	52.946

10. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.k).

b) Provisões Judiciais - Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	126.706
Total - Passivo não Circulante	126.706

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Fiscais	Fiscais
Saldo Inicial	118.935
Constituição Líquida de Reversão	7.771
Baixas por Pagamento	(24.427)
Saldo Final	126.706
Depósitos em Garantia - Outros Créditos (1)	118.935

(1) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias e Trabalhistas

A Santander Capitalização é parte em processos judiciais e administr

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Tributos Diferidos
Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2016		Saldo em 31/12/2017	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	5.489	7.265	12.754	12.754
Total - Passivo não Circulante	5.489	7.265	12.754	12.754

	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2016	
	Constituição	Realização	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação (1)	44	(44)	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	273	5.216	-	5.489
Total - Passivo não Circulante	317	5.216	(44)	5.489

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	
2018	1.015	609	198	1.822
2019	1.015	609	198	1.822
2020	1.015	609	198	1.822
2021	1.015	609	198	1.822
2022	1.015	609	198	1.822
2023 a 2025	2.030	1.218	396	3.644
Total	7.105	4.263	1.386	12.754

e) Impostos Diferidos
 Os dados dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos são:

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Tributários	21.343	20.790
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	183	1.176
Diferenças Temporárias	21.160	19.614
Passivos Fiscais	12.754	5.489
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	12.754	5.489

As movimentações dos saldos das rubricas créditos tributários diferidos e passivos fiscais diferidos nos últimos dois anos foram:

	Saldo em 31/12/2016	Ajuste ao Resultado	Valor de Mercado	Saldo em 31/12/2017
Créditos Tributários Diferidos	20.790	1.546	(993)	21.343
Passivos Fiscais Diferidos	5.489	-	7.265	12.754
Total	15.301	1.546	(8.258)	8.589

	Saldo em 31/12/2015	Ajuste ao Resultado	Valor de Mercado	Saldo em 31/12/2016
Créditos Tributários Diferidos	56.453	(1.724)	(33.939)	20.790
Passivos Fiscais Diferidos	317	(44)	5.216	5.489
Total	56.136	(1.680)	(39.155)	15.301

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01/ a 31/12/2017	01/01/ a 31/12/2016
Resultado antes dos Impostos	184.723	189.857
Juros sobre o Capital Próprio (Nota 14.b)	(16.000)	(15.191)
Resultado antes dos Impostos	168.723	174.666
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente (1)	(75.925)	(78.600)
Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(1.075)	6.611
Demais Ajustes - CSLL 5%	(1.791)	(1.126)
Demais Ajustes	1.303	7.670
Imposto de Renda e Contribuição Social	(77.488)	(65.445)

(1) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.n).

g) Cálculo Efetivo das Alíquotas no Patrimônio Líquido

	01/01/ a 31/12/2017	01/01/ a 31/12/2016
Resultado antes dos Impostos	184.723	189.857
Imposto de Renda e Contribuição Social	(77.488)	(65.445)
Alíquota Efetiva	41,9%	34,5%

h) Imposto Reconhecido no Patrimônio Líquido
 Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado, a Santander Capitalização possui os seguintes valores no patrimônio líquido:

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	183	1.176
Avaliação de Títulos Disponíveis para Venda	183	1.176
Débitos de Impostos Contabilizados no Patrimônio	(12.754)	(5.489)
Avaliação de Títulos Disponíveis para Venda	(12.754)	(5.489)
Total	(12.571)	(4.313)

21. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração
 Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Santander Capitalização realizada em 31 de março de 2017, foi aprovado a fixação no montante global anual da remuneração dos administradores para o ano de 2017 no valor máximo de R\$10.

A Santander Capitalização é parte integrante do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, controlador direto da Sancap e indireto da Santander Capitalização.

A Santander Capitalização não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2017 e 2016, não foram registrados despesas com honorários para a Diretoria Executiva.

b) Participação Acionária
 A Santander Capitalização é controlada pela Sancap, a qual possui participação acionária direta de 64.614.988 ações ordinárias, equivalentes a 99,999998% do capital social e, indiretamente pelo Banco Santander (através da Sancap), que possui participação acionária direta de 1 ação ordinária, equivalentes a 0,000002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas
 As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade, incluindo taxa de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Disponível	2.801	3.836
Banco Santander (2)	2.801	3.836
Títulos e Créditos a Receber	69	69
Banco Santander (2)	69	69
Passivo		
Obrigações a Pagar - Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	-	(20.154)
Sancap (1)	-	(20.154)
Débitos de Operações com Capitalização (Nota 11)	(18.914)	(18.832)
Banco Santander (2)	(18.914)	(18.832)
Provisões Técnicas de Capitalização	(16.102)	(12.004)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	(16.102)	(12.004)
	01/01/ a 31/12/2017	01/01/ a 31/12/2016

Resultado

Receita Líquida com Títulos de Capitalização	37.364	40.033
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	37.364	40.033
Despesas com Títulos Resgatados e Sorteados	(18.728)	(20.568)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (4)	(18.488)	(20.552)
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (4)	(240)	(16)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(252.123)	(218.309)
Banco Santander (2)	(252.123)	(218.309)
Despesas Administrativas	(11.705)	(7.702)
Banco Santander (2)	(11.705)	(7.702)
Resultado Financeiro	-	(817)
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (4)	-	(817)
Resultado Patrimonial (Nota 19)	832	830
Banco Santander (2)	832	830
Donativos e Contribuições	(1.594)	(901)
Santander Cultural	(1.594)	(901)

(1) Controladora (Nota 21.b).

(2) O Banco Santander é o controlador indireto da Santander Capitalização através da Sancap (Nota 21.b).

(3) Controlada Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(4) Banco Santander Espanha exerce influência significativa detém o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida, mas não controla nem detém controle conjunto da mesma.

22. Gerenciamento de Riscos

Gestão do Risco
 A gestão de risco da Santander Capitalização tem como objetivo a proteção do seu capital e dos recursos seus clientes, zelando pela liquidez, solvência e rentabilidade do negócio. São analisados entre outros os seguintes riscos:

Gestão do Risco de Crédito
 O risco de crédito é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a potencial deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte em relação às suas obrigações financeiras pactuadas.

O processo de gerenciamento do risco de crédito consiste na identificação, mensuração, análise, controle, mitigação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações da Santander Capitalização no ato da alocação dos recursos de seus beneficiários.

A política de investimento é aplicável às definições de alocação dos recursos respeitando os critérios de elegibilidade de ativos em concordância com a regulação vigente, assegurando que o processo decisório seja realizado em colegiado através de Comitê designado para a discussão e tomada de decisão.

Para controle das exposições, a Santander Capitalização conta com metodologia própria de aferimento de rating dos títulos, sendo atualizado periodicamente e com constante monitoramento da carteira.

A carteira de títulos de renda fixa é composta majoritariamente por títulos públicos e respeita o limite máximo de aplicação em risco de crédito à 16% do ativo.

Composição da Carteira (%)

	31/12/2017	31/12/2016
Títulos Públicos	96,3	88,3
Títulos Privados	3,6	11,7
A - (Negativa) (1) (2)	-	-
BBB (1) (2)	4,5	11,7

(1) Fonte: Bloomberg.

(2) Rating Utilizado: menor rating informado pelas 3 principais agências de avaliação de risco de crédito (Fitch, SP e Moody's) do emissor.

Controle e Gestão do Risco Operacional
 Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos.

Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Organização, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos.

A gestão do controle do risco operacional está suportados pelo modelo de linhas de defesa, onde papéis e responsabilidades são atribuídos a todas as camadas da organização para o tema de riscos operacionais.

A área de Controle do Risco Operacional atua como 2ª linha de defesa, definindo políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco operacional, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O modelo permite um contínuo aprimoramento na gestão e controle dos riscos operacionais, na prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, na identificação de planos de ação e na manutenção da continuidade dos negócios, convergindo ao fortalecimento do ambiente de controles internos.

DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETOR SUPERINTENDENTE

Luciano Felipe de Carvalho Benício

DIRETORES EXECUTIVOS

Amancio Acúrcio Gouveia

Nilton Sergio Silveira Carvalho

CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Ricardo da Silva Santana - MIBA 2397

DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO

Amancio Acúrcio Gouveia

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores

Santander Capitalização S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da **Santander Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Responsabilidade da Administração

Responsabilidade da Administração é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo e pela solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessas avaliações de risco, o atuariário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Aos Administradores e Acionistas

Santander Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
 A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Santander Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros do FIP para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino

05001-903

São Paulo - SP

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira

MIBA 729

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.